



Recebido em:
05/07/2017
Aprovado em:
09/07/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NO ENSINO DA CONTABILIDADE EM CURSOS DE GRADUAÇÃO

ALVANI BOMFIM DE MASCULINO JUNIOR
MARCELA SANTOS DE ALMEIDA

EIXO: 19. EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

RESUMO

Partindo do pressuposto de que o conhecimento interdisciplinar não se restringe à sala de aula, mas ultrapassa os limites do saber acadêmico e se fortalece na medida em que ganha a amplitude da vida social e profissional, o presente artigo tem o objetivo de verificar as possibilidades da interdisciplinaridade nos Cursos de Ciências Contábeis. Esse estudo considerou a dificuldade em se conseguir traduzir para uma perspectiva prática do conceito de interdisciplinaridade requerido na formação dos alunos, uma vez que o termo, mesmo entre os pesquisadores, é pouco claro e, em consequência, ausente nas grades curriculares desses Cursos. A metodologia aplicada foi da pesquisa do tipo exploratória, adotando-se a pesquisa bibliográfica como técnica de coleta de dados. Os resultados sugerem que as práticas interdisciplinares podem promover a mudança do ensino fragmentado no Curso de Ciências Contábeis, derrubando as barreiras entre as disciplinas.

Palavras-chave: Conhecimento. Contabilidade. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

Based on the assumption that interdisciplinary knowledge is not restricted to the classroom, but goes beyond the limits of academic knowledge and is strengthened to the extent that it gains the breadth of social and professional life, this article aims to verify the possibilities of Interdisciplinarity in the Courses of Accounting Sciences. This study considered the difficulty in being able to translate into a practical perspective the concept of interdisciplinarity required in the training of students, since the term, even among researchers, is unclear and, consequently, absent in the curricula of these courses. The applied methodology was the research of the exploratory type, adopting the bibliographical research as technique of data collection. The results suggest that the interdisciplinary practices can promote the change of the fragmented teaching in the Course of Accounting Sciences, breaking down the barriers between the disciplines

Keywords: Knowledge. Accounting. Interdisciplinarity.

1 INTRODUÇÃO

Morin (2003), insurgindo-se contra a fragmentação do saber criada pela divisão das disciplinas, que inviabiliza a apreensão do complexo do mundo e atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão acerca dos problemas polidisciplinares e globais com os quais os estudantes se confrontam, situa esta questão em um ensino que favoreça

um modo de pensar aberto e livre. O autor identifica ainda que as informações contribuem, enquanto parcelas dispersas do saber, para a gigantesca proliferação de conhecimentos, mas servindo somente para usos técnicos, sem, contudo, mostrar a relação existente entre as mais diversas áreas e a origem comum delas. Para ele, a transformação das informações em conhecimento, este em sapiência (sabedoria e ciência), ajuda a preparar o indivíduo para enfrentar as incertezas do mundo. Do pensamento de Morin (2003), é possível se apreender que as questões socioculturais da atualidade estão a exigir um novo tipo de educação que contemple as várias dimensões do ser humano e da sociedade como um todo, desafiando às instituições de ensino a procurar um saber construído através da problematização. Sendo assim, a finalidade do ensino, ao invés da mera acumulação de saber, deve consistir em dispor, simultaneamente, de uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas, bem como de princípios organizadores que permitam ligar os saberes, dando-lhes sentido.

A percepção de um processo integrado a um ciclo, subordinado a uma dinâmica da intra e da interculturalidade, inevitáveis e essenciais à criatividade, constitui-se a essência da interdisciplinaridade, definida por Zabala (2002, p. 143) como “a interação entre duas ou mais disciplinas utilizadas na construção do saber”. No entanto, observa-se que as Universidades, como fontes produtoras dos conhecimentos sistematizados e responsáveis pela formação de diferentes profissionais, apesar dos avanços da legislação, ainda continuam se apoiando em currículos fragmentados, nas formações acadêmicas, distantes de uma prática que possa ser considerada avançada, pois priorizam os conhecimentos científicos de forma compartimentada.

Diante disso, o presente estudo origina-se de questões quanto à problemática advinda do dia a dia, na sala de aula, particularmente em curso de Ciências Contábeis que, alicerçado em modelo de racionalidade técnica, revela a atividade docente como mera reprodução de conhecimentos acadêmicos, transpostos para o ambiente de ensino via receitas didáticas. Isso porque, nesse contexto, se esquece de que os problemas da profissão são inúmeros e excedem os próprios limites dos cursos de formação acadêmica, nomeadamente no que se refere a um ensino voltado às necessidades de um mundo reformulado pela modernização. Nessa formação, são inadmissíveis as organizações curriculares que evidenciem a excessiva especialização, toda e qualquer proposta de conhecimento que incite o olhar do aluno em uma única, restrita e limitada direção (FAZENDA, 2011).

Por conseguinte, a escolha dessa temática encontra justificativa na própria Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - CNE/CES 10 -, de 16 de dezembro de 2004, a qual institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, estabelecendo em seu Art. 2º, § 1º, IV, “formas de realização da interdisciplinaridade”. Porém, a dificuldade está em se conseguir traduzir para uma perspectiva prática, o complexo conceito de interdisciplinaridade requerido na formação dos alunos, considerando-se que o termo, mesmo entre os pesquisadores, é pouco claro e, em consequência, ausente nas grades curriculares desses Cursos. Desse modo, acredita-se que estudar a questão da interdisciplinaridade nos Cursos de Ciências Contábeis é fundamental.

Nessa condução, objetiva-se verificar as possibilidades da interdisciplinaridade ocorrer no ensino das diferentes disciplinas, nos Cursos de Ciências Contábeis, de modo a que possam ser ministradas de forma inter-relacionada. Busca-se, especificamente, apresentar a interdisciplinaridade como uma prática caracterizada pela integração de conhecimentos e disciplinas, além de se destacar a sua importância no ensino da Contabilidade.

A metodologia aplicada na realização deste estudo foi da pesquisa do tipo exploratória, adotando-se a pesquisa bibliográfica como técnica de coleta de dados, extraindo-se as referências de livros, artigos, publicações de sites acadêmicos relacionados ao assunto em questão. Para organizar a discussão que envolve a temática, o texto apresenta um quadro de referência que permite, a partir da definição de interdisciplinaridade, apontar tópicos que forneçam a visão de que o ensino da Contabilidade deve promover a integração entre vários conhecimentos.

2 EVOLUÇÕES HISTÓRICA DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL

Nos termos da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9394/96- juridicamente as universidades “são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”. E mais, dispõe a Lei que elas são caracterizadas pela “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista

científico e cultural, quanto regional e nacional” (art. 52, I).

Conforme menciona Morin (2003)

A Universidade conserva, memoriza, integra, ritualiza uma herança cultural de saberes, ideias, valores; regenera essa herança ao reexaminá-la, atualizá-la, transmiti-la; gera saberes, ideias e valores que passam, então, a fazer parte da herança. Assim, ela é conservadora, regeneradora, geradora [...] daí a paradoxal dupla função da Universidade: adaptar-se às necessidades fundamentais de formação, mas também, e, sobretudo, fornecer um ensino metaprofissional, metatécnico, isto é, uma cultura. (MORIN, 2003, p. 81)

Essa evolução pôde observada no caso do ensino contábil, no Brasil, que, de acordo com as necessidades do mercado, saiu de uma visão técnica, presente principalmente no Ensino Médio, para assumir, no âmbito das Universidades, uma concepção de Contabilidade como um sistema de informações visando à tomada de decisões. Contribuíram para tal evolução, a regulamentação da profissão e os órgãos de educação responsáveis por esse ensino, os quais necessitaram modificar os quesitos de formação do profissional dessa área, considerando-se que se “exige agora do trabalhador é que apresente e desenvolva certas qualidades que vão além daquelas habilidades gerais ou técnicas que os processos educativos convencionais podem oferecer” (CASALI, 1997, p. 15). Em uma retrospectiva histórica, é possível localizar que o embrião do ensino comercial, no Brasil, hoje Curso de Ciências Contábeis, situa-se na oferta da Aula de Comércio, estabelecida pelo Decreto nº 456, de 06 de julho de 1846, cujo currículo era composto de disciplinas de cunho prático, direcionadas a atender as necessidades no campo dos negócios. Conforme Peleias et al (2007), a organização do curso era a seguinte:

O período letivo original era de dois anos, com exames finais abordando disciplinas como Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais, e a Arte da Arrumação de Livros, conforme consta no artigo 12 do Regulamento. No capítulo dos objetos do ensino, o Regulamento definia, para o segundo ano, a oferta das disciplinas História Geral do Comércio e Arrumação e Prática de Livros. Os livros deveriam ser escriturados pelos alunos e apresentados quando solicitados. (PELEIAS et al 2007, p. 24)

O Governo Imperial tinha uma grande preocupação com a lisura dos docentes, chamados de lentes, que ministravam a Aula de Comércio, razão pela qual os nomeava de acordo com critérios que deveriam ser adotados para sua seleção, estabelecidos por meio do Decreto nº 121, de 31 de janeiro de 1842. “Esse decreto definiu que os indicados seriam avaliados pelo Governo Imperial e que, não existindo substitutos, haveria concurso público para o provimento dos cargos, nas condições ali previstas” (PELEIAS et al., 2007, p. 24).

Para a área contábil, a instituição do Código Comercial Brasileiro, em 22 de junho de 1850, foi um dos elementos motivadores para o seu desenvolvimento, pois obrigava o comerciante a: (i) seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, inclusive para livros próprios para este fim; (ii) fazer o balanço anual onde deveriam constar todos os seus bens, além de todas as dívidas e obrigações, datando-o e assinando-o; (iii) lançar no livro diário todas as operações de comércio realizadas no dia (PELEIAS et al., 2007). Desse modo, a primeira função reconhecida, na área de Contabilidade, foi a de guarda-livros, profissional definido no Código Comercial de 1850 e elemento sem escolaridade formal em Ciências Contábeis, que cuidava de registrar as transações dos estabelecimentos comerciais da época. A primeira regulamentação contábil realizada em território brasileiro aconteceu em 1870, quando se reconheceu, oficialmente, através do Decreto Imperial nº 4.475, a Associação dos Guarda-livros da Corte. Diante das transformações no cenário industrial e comercial brasileiro, houve a necessidade de reforma da Aula de Comércio da Corte, que ocorreu em 09 de agosto de 1854, com a instituição do Decreto nº 769. Mas, segundo Peleias et al. (2007, p. 24), essa reforma se materializou com o Decreto nº 1763, de 14 de maio de 1856,

[...] que deu novos estatutos à Aula de Comércio da Corte, formando um curso de estudos denominado Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Grandes mudanças ocorreram na grade curricular, mantendo-se a duração do curso em dois anos. O conteúdo foi distribuído em

quatro cadeiras, sendo a primeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil. (PELEIAS et al. 2007, p. 24)

Para adequar o curso aos demais cursos de nível superior, no país, sua carga horária foi alterada, primeiramente, em 1861, quando passou a ter três anos de duração e, em 1863, estendida em quatro anos (LEITE, 2005), permitindo-se a admissão de alunos maiores de treze anos, desde que fossem aprovados em exame de Gramática Nacional e Caligrafia. A disciplina Escrituração Mercantil passou a ser ministrada nos 3º e 4º anos, enquanto as demais foram distribuídas ao longo do curso. O curso superior de Contabilidade surgiu da necessidade de se continuar o processo de evolução do ensino comercial, tendo seu início, segundo Leite (2005), com a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, em 1902, muito embora existam controvérsias, entre os autores, com relação ao primeiro curso organizado no Brasil.

A falta de pesquisas voltadas à recuperação da história da Contabilidade no Brasil permite, vez por outra, que algumas afirmações se perpetuem por intermédio de contínuas referências escritas ou verbais à afirmativa original. Um exemplo dessa natureza diz respeito à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado [...] A afirmativa é inexata. Em data anterior àquela, outra instituição, formalmente constituída, a Escola Politécnica de São Paulo, ensinava e outorgava diploma de Contador àqueles que concluíssem o curso preliminar (MARTINS; SILVA; RICARDINO, 2006, p. 114).

Sobre este pensamento é oportuno apresentar o comentário de Ludícius (apud PELEIAS et al., 2007)

Provavelmente a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902. Alguns autores preferem fazer recair a honra do pioneirismo na Escola Politécnica de São Paulo, a qual, alguns anos antes, em seu Curso Preliminar, já incluía a disciplina Escrituração Mercantil. Conquanto legalmente e cronologicamente tais autores possam ter razão, o fato de haver a disciplina de Escrituração Mercantil não caracteriza, a meu ver, um Curso de Contabilidade. (Ludícius apud PELEIAS et al., 2007, p. 22)

Divergências à parte, o fato é que com estas duas instituições davam-se os primeiros passos para a instalação de cursos profissionalizantes ou de Ensino Técnico Comercial, instituídos pelo Decreto nº 17329, de 28 de maio de 1926, que aprovou o regulamento dos estabelecimentos de ensino para oferecer curso com formação geral, de quatro anos, e curso superior, de três anos. De acordo com Peleias et al. (2007), para ingresso no curso geral, a idade mínima era de treze anos e, no curso superior, dezessete anos, conferindo-se, respectivamente, o diploma de Contador e o título de graduado em Ciências Econômicas. O referido Decreto estabeleceu as disciplinas oferecidas para ambos os cursos, especificadas para cada ano de sua duração, onde, na análise da grade do curso de formação geral, revela-se a oferta das disciplinas Contabilidade, Contabilidade Mercantil, Contabilidade Agrícola e Industrial e Contabilidade Pública.

A década de 30 foi marcada por uma série de mudanças no ramo educacional como, por exemplo, criação de Universidades, a reforma do ensino superior (Reforma Francisco Campos), instituição do Estatuto das Universidades Brasileiras, organização do ensino comercial e regulamentação da profissão de contador. Foi o Decreto nº 20158, de 30 de junho de 1931, que regulamentou a profissão de contador, mediante o registro obrigatório dos guarda-livros e dos contadores na Superintendência do Ensino Comercial, ensino este que foi reorganizado em três níveis: propedêutico, técnico e superior.

Conforme Peleias et. al. (2007, p. 26) “o propedêutico exigia o mínimo de doze anos para ingresso” e, no nível técnico, o ensino comercial foi dividido nas seguintes ramificações: secretário, guarda-livros e administrador-vendedor, com duração de dois anos, e atuário e perito contador, com duração de três anos. Ainda de acordo com os autores, o Decreto-Lei nº 1535, de 23 de agosto de 1939, mudou a denominação do Curso de Perito Contador para Curso de Contador, sofrendo o ensino comercial brasileiro uma nova reformulação com a instituição do Decreto-Lei nº 6141, de 28 de dezembro de 1943. Esse documento trazia em seu bojo uma proposta mais ampla de reformas educacionais,

“buscando atender basicamente dois objetivos: 1º) promover a articulação entre o sistema educacional e o ensino comercial; e, 2º) elevar o curso de Contador ao nível superior, através da reformulação dos currículos” (FÁVERO, 1998, p. 19). Com esse Decreto, o ensino comercial se incorporou ao sistema de ensino médio brasileiro, equiparando-se ao ensino secundário. Entretanto, mesmo com tais mudanças, várias críticas foram feitas a esses cursos. Segundo Lanaro Junior (apud FÁVERO, 1998), os cursos de Contabilidade, ministrados nas escolas de comércio, não satisfaziam às necessidades da época, por diversos fatores, tais como a falta de bons professores, grande número de alunos em cada classe, além de serem ministrados com pouca eficiência. É nesse contexto que surge o curso superior em Ciências Contábeis e Atuariais, criado pelo Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, com duração de quatro anos e conferindo, aos concluintes, o grau de Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais.

Com a instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, que o Brasil ganhou o primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil nos moldes norte-americanos, isto é, com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino e à pesquisa, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor (IUDÍCIBUS apud PELEIAS et al., 2007 p. 27).

Na primeira edição desse decreto, a grade curricular do curso tinha como disciplinas específicas: Contabilidade Geral; Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola; Organização e Contabilidade Bancária; Organização e Contabilidade de Seguros; Contabilidade Pública; Revisões e Perícia Contábil.

Somente com o advento da Lei nº 1.401, de 31 de julho de 1951, se desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais nos cursos de Ciências Contábeis e de Ciências Atuariais, passando os concluintes, a partir daí, a receber o título de Bacharel em Ciências Contábeis (PASSOS, 2004). Esse normativo excluiu a disciplina Organização e Contabilidade de Seguros do curso de Ciências Contábeis, mas mantendo as demais disciplinas contábeis determinadas pelo Decreto-lei nº 7988/45.

Na década de 60, grandes mudanças ocorreram no ensino superior, com reflexos nos cursos de Ciências Contábeis. Essas mudanças foram motivadas pela Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e criou o Conselho Federal de Educação (CFE), fixando os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores voltados à formação de profissões regulamentadas. Em seguida, o Parecer CFE nº 397/62 promoveu uma grande mudança no ensino de Ciências Contábeis, ao dividir os cursos nos ciclos de formação básica e profissional. As disciplinas contábeis foram concentradas no ciclo de formação profissional, com Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos e Auditoria e Análise de Balanços. A Resolução CFE sem número, de 8 de fevereiro de 1963, fixou os mínimos de duração do curso de Ciências Contábeis e ratificou o Parecer CFE nº 397/62.

A Resolução CFE nº 03, de 3 de outubro de 1992, fixou, para Ciências Contábeis, a duração estabelecida de 2.700 horas/aula, integralizadas no máximo em sete e no mínimo em quatro anos para o período diurno e cinco para o noturno. Fixou também normas para que as instituições de ensino superior elaborassem os currículos para o curso de Ciências Contábeis, definindo o perfil do profissional a ser formado. Essa Resolução trouxe contribuições para o ensino da Contabilidade, no Brasil, ao introduzir várias novidades, dentre as quais a elaboração de currículos plenos^[1] para estimular o conhecimento teórico e prático, permitindo o competente exercício da profissão, com vistas às atribuições específicas conferidas por meio do diploma, em âmbito nacional (PELEIAS et al., 2007).

Continuando a análise da Resolução CFE nº 03, Peleias et al. (2007) dizem que está procurando, ainda, assegurar condições para o exercício profissional com competência e ética perante a sociedade, agrupando as disciplinas em três categorias de conhecimento:

- a. Categoria I: conhecimentos de formação geral e de natureza humanística;
- b. Categoria II: conhecimentos de formação profissional;
- c. Categoria III: conhecimentos ou atividades de formação complementar.

As disciplinas contábeis foram concentradas nas categorias II e III. A categoria II reuniu disciplinas contábeis exigidas na formação superior, conhecimentos eletivos a critério das instituições e as Contabilidades Aplicadas. A categoria III

reuniu conhecimentos ou atividades de formação complementar, obrigatórios de formação instrumental e atividades obrigatórias de natureza prática, a critério de cada instituição (PELEIAS et al., 2007).

Na sequência, foram promulgados outros Pareceres que serviram de referência, para as instituições, na organização de seus programas de formação. Dessa forma, o curso de graduação em Ciências Contábeis sofreu alterações oportunizadas por medidas governamentais em seu currículo mínimo, conteúdo, duração, entre outras medidas, como, por exemplo, abranger, em Projeto Pedagógico, “formas de realização da interdisciplinaridade; modos de integração entre teoria e prática [...]” (Art. 2º, § 1º).

3 INTRODUZINDO A NOÇÃO DE PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES

Para que se possa entender o termo interdisciplinaridade, deve-se partir da noção de disciplina que, instituída no século XIX, notadamente com a formação das Universidades, representa “um conjunto de estratégias organizacionais, uma seleção de conhecimentos que são ordenados para apresentar ao aluno, com o apoio de um conjunto de procedimentos didáticos e metodológicos para seu ensino e avaliação da aprendizagem” (MORIN, 2003, p. 105).

O termo interdisciplinaridade se compõe do prefixo latino *inter*, significando posição ou ação

intermediária, reciprocidade, interação que se dá a partir de duas ou mais coisas ou pessoas, e do sufixo também latino *dade*, o qual, por sua vez, tem o sentido de ação ou resultado de ação, qualidade, estado, modo de ser (ASSUNÇÃO, 2005). Justapostos ao substantivo *disciplina*, núcleo do termo, a interdisciplinaridade pode ser caracterizada como uma ordem que convém ao funcionamento dum organização ou, ainda, um regime de ordem imposta ou livremente consentida, nomeando um encontro,

Que pode ocorrer entre seres – *inter* – num certo fazer – *dade* – a partir da direcionalidade da consciência, pretendendo compreender o objeto, com ele relacionar-se, comunicar-se. Assim interpretada, esta supõe um momento que a antecede, qual seja a disposição da subjetividade, atributo exclusivamente humano, de perceber-se e personificar-se, realizando nessa opção um encontro com o outro, a intersubjetividade (ASSUNÇÃO, 2005, p. 24).

Segundo o pensamento de Gusdorf (1990 apud FAZENDA, 2011), o prefixo *inter* não se restringe a pluralidade ou justaposição, mas evoca, igualmente, um espaço comum de diferentes saberes. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade envolve, além de postura direcionada a este fim, curiosidade e abertura de pensamento, a possibilidade de ir além, como um movimento, um salto para fora, buscando a unidade do saber.

No entanto, para Ferreira (2005), conceituar interdisciplinaridade é tarefa complexa, uma vez que esta palavra envolve uma acumulação de equívocos e possibilidades. Equívocos quanto à sua definição, pois é interpretada por muitos autores como integração, interação ou inter-relação, correndo o risco de perder a sua característica maior que é a concepção única do conhecimento. Possibilidades quanto à apreensão do termo que, “depois de entendido como atitude, servirá de instrumento para as reais transformações emancipatórias” (FERREIRA, 2005, p. 33).

Sob o ponto de vista de Fazenda (2011), a integração refere-se a um aspecto formal da interdisciplinaridade, ou seja, à questão da organização das disciplinas num programa de estudos. Entretanto, “essa integração não pode ser pensada apenas no nível de integração de conteúdo ou métodos, mas basicamente no nível de integração de conhecimentos parciais, específicos, tendo em vista um conhecer global” (FAZENDA, 2011, p. 12). Já a interação é condição de efetivação da interdisciplinaridade, pressupondo uma integração de conhecimentos visando novos questionamentos, novas buscas, enfim, a transformação da própria realidade.

A referida autora identifica, ainda, que a interdisciplinaridade consiste na integração de diferentes áreas do ensino adicionada a medidas de planejamento, cooperação e trocas de conhecimento entre disciplinas, implicando uma postura interdisciplinar representada por atitudes de busca, envolvimento e compromisso diante do conhecimento. Fazenda (2011) enfatiza que somente na intersubjetividade, num regime de copropriedade, de interação, é possível o diálogo, única condição de possibilidade da interdisciplinaridade.

Lück (2001) reforça essa ideia afirmando que

A interdisciplinaridade é um processo que envolve a integração e engajamento de educadores num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos estudantes, a fim de que possam exercer criticamente a cidadania, mediante uma visão global de mundo e serem capazes de enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade atual. (LÜCK 2001, p. 64)

Por seu lado, Santomé (1998) entende que o ensino baseado na interdisciplinaridade tem um grande poder estruturador, visto que os conceitos, contextos teóricos, procedimentos etc., enfrentados pelos alunos, encontram-se organizados em torno de unidades globais, tornando-os mais capacitados a enfrentar problemas que transcendem os limites de uma disciplina concreta, possibilitando detectar, analisar e solucionar problemas da atualidade. Contudo, o autor considera que a interdisciplinaridade envolve não somente estudo coletivo, parceria entre as disciplinas e a interdependência entre elas, requer, sobretudo, uma postura mental e metodológica que leve a mudanças de crenças anteriores e possibilite a aquisição de conceitos estudados. Sobre isso, Ferreira (2005) ressalta que a integração e a inter-relação dos componentes curriculares não garantem um ensino interdisciplinar, pois é preciso que os conhecimentos delineados nos planos pedagógicos se articulem e se organizem em uma totalidade, procurando envolver o corpo escolar numa intenção consciente. Assim, o que caracterizaria uma prática interdisciplinar seria o sentido intencional que ela carrega, ou seja, uma atitude mental.

As práticas interdisciplinares, no ensino, traduzem-se na forma com que são desenvolvidas as práticas pedagógicas. Entretanto, não é apenas responsabilidade do docente desenvolver tais práticas, uma vez que todos os atores envolvidos no processo são importantes, sejam eles os professores, os discentes ou a Universidade. Conforme Japiassú (1976 apud PADOAN, 2007), o que se busca com as práticas interdisciplinares não é um docente polivalente, mas, sim, uma colaboração integrada entre os docentes do curso, que venham a contribuir para o desenvolvimento da disciplina. Assim como Ferreira (2005), Japiassú (1976 apud PADOAN, 2007, p. 30) defende que “é preciso que cada um esteja impregnado de um espírito epistemológico suficientemente amplo para que possa observar as relações de suas disciplinas com as demais, sem negligenciar o terreno de sua especificidade”.

Dessa maneira, as práticas interdisciplinares requerem um movimento integrado do processo de ensino a fim de sustentar a ação pedagógica, dentro de um trabalho coletivo pelo qual uma disciplina venha a completar outra. Nesse sentido, quando se fala em integração de conteúdo, em envolvimento do conhecimento, não se quer dizer que as disciplinas devam perder sua identidade e autonomia, pretende-se que haja cooperação e colaboração entre elas. Para Japiassú (1976 apud PADOAN, 2007), a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas, no interior de um mesmo projeto de pesquisa.

Em se tratando da pesquisa interdisciplinar, Pereira (2006) explica que

É caracterizada por apresentar profissionais de diferentes áreas do conhecimento, propondo soluções para um mesmo fenômeno, contribuindo para o enriquecimento das ciências, sob a visão de diversos especialistas, na tentativa de uma recomposição ou reorganização dos âmbitos do saber, através do intercâmbio, que consistem de recombinações construtivas que superam as limitações que impedem o avanço científico, proporcionando a aproximação da ciência com a prática. (PEREIRA 2006, p. 52-53)

Complementando essa definição, Fazenda (2011) enfoca que um projeto interdisciplinar não é ensinado, mas vivenciado, requerendo responsabilidade individual e, ao mesmo tempo, um envolvimento com o projeto propriamente dito, com as pessoas e com as instituições que fazem parte desse projeto. A autora destaca que a interdisciplinaridade, bem como suas práticas, deverá estar traduzida no Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino, pois este irá abarcar uma visão geral do curso e de onde se pretende chegar. Diante do exposto, busca-se analisar a aplicabilidade desse conceito no ensino da Contabilidade, levando-se em conta que, nessa área, a interdisciplinaridade e a pesquisa constituem ferramentas substanciais para o autodesenvolvimento dos futuros

contadores, possibilitando-lhes desenvolver uma visão sistêmica, capaz de auxiliá-los no desempenho profissional.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Antes de se evidenciar as possibilidades de relacionamento entre as disciplinas do Curso de graduação em Ciências Contábeis, fez-se necessário esclarecer o sentido de interdisciplinaridade e, embora encontrando divergências entre os teóricos, muitas foram as contribuições neste sentido, dentre as quais se destacam aquelas de Japiassú (1976) e Fazenda (2011), que, buscando explicitar as contradições nesta discussão, apontam como uma experimentação da vivência de uma realidade global a ser inserida nas experiências cotidianas do aluno e do professor. Com isso, tornou-se possível apreender que o Projeto Pedagógico do ensino da Contabilidade deve abranger, sem prejuízo de outros elementos estruturais, formas de realização da interdisciplinaridade.

No entanto, estudos contemporâneos, como aquele realizado por Padoan (2007), mostram que disciplinas como Estatística, Economia, Comportamento Organizacional e Sociologia são consideradas pouco importantes para o ensino da Contabilidade. Igualmente, pesquisas realizadas por Passos (2004), sobre os níveis de relacionamentos das disciplinas dos cursos de Contabilidade e se estas apresentavam características interdisciplinares, constataram um baixo nível de relacionamento entre as disciplinas, sem que nenhuma matriz curricular apresentasse características de interdisciplinaridade.

Na análise preliminar das grades curriculares de 3 instituições de ensino, Rech, Santos e Vieira (2007) observaram que os cursos apresentam, no primeiro semestre, uma carga de disciplinas com grande ênfase nas áreas em que a Contabilidade sofre influências por ser uma ciência aplicada à área de humanas. Por essa razão, são oferecidas diversas disciplinas de diferentes áreas do conhecimento, sem que se expliquem as relações existentes entre elas, o que caracteriza, como nível de relacionamento, a multidisciplinaridade, modelo fragmentado em que há justaposição de disciplinas diversas, sem relação aparente entre si (ANDRADE, 1998 apud PEREIRA, 2006).

A Contabilidade trabalha, pois, com vários campos do saber, onde se tem a ideia de um conjunto de conhecimentos interligados com o propósito de capacitar o formando a entender e operacionalizar o conteúdo. Na integração das disciplinas, é válido observar a abordagem de Hendriksen e Van Breda (1999), segundo a qual existe o entrelaçamento de conceitos de outras áreas do conhecimento com a Contabilidade, conforme se apresenta a seguir:

- a. Fiscal – legislação Fiscal no desenvolvimento de conceitos contábeis;
- b. Legal – a Constituição, o Código Civil, Penal etc., em questões relativas ao pensamento contábil;
- c. Ética – conceitos de justiça; subjetividade;
- d. Comportamental – auxílio das ciências como Psicologia, Sociologia e Economia;
- e. Estrutural – estrutura do sistema contábil (transações, processos, tecnologias).

Rech, Santos e Vieira (2007) notam que algumas disciplinas que formam o contexto em que a ciência contábil atua, como é o caso da Economia, Sociologia e Língua Portuguesa, apresentariam facilidade de ocorrência de interação com Métodos Estatísticos, Contabilidade Geral e de Custos, Finanças, Ética e Filosofia Política, dentre outras. Pode-se relacionar, ainda, Análise das Demonstrações Contábeis e Laboratório Contábil, Contabilidade e Planejamento Tributário, Análise de Custos e Simulação Empresarial. Mas, a interdisciplinaridade pode ocorrer de várias formas, sem se limitar apenas no sentido de relacionamento entre as disciplinas.

A importância da interdisciplinaridade para o curso de Ciências Contábeis encontra respaldo na necessidade de colocação do futuro Contador, que já não é mais um simples guarda livros, no mercado de trabalho, cuja dinâmica, na atualidade, requer das organizações um controle interno gerencial cada vez mais acurado, bem como um controle externo que satisfaça às exigências fiscais e legais. Indo muito além das demonstrações financeiras, a Contabilidade hoje pode ser vista como um sistema informacional voltado para a tomada de decisão, havendo a necessidade, segundo Marion (2001), de que os métodos de ensino da Contabilidade sejam diversificados, sendo inevitável a formação de profissionais dotados de visão crítica.

De acordo com a revisão bibliográfica, verificou-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais incentivam o desenvolvimento, no aluno, de uma visão sistêmica da Contabilidade, o que pode ser obtido com maior ênfase à prática da interdisciplinaridade que proporciona relacionamento com outras áreas do conhecimento.

5 CONCLUSÕES

A pesquisa procurou verificar, com base na bibliografia disponível, as possibilidades da interdisciplinaridade ocorrer no ensino das diferentes disciplinas, nos Cursos de Ciências Contábeis. Tendo como ponto de partida os desafios enfrentados pelas IES relativamente a proporcionar formação diversificada aos futuros contadores, os resultados sugerem que as práticas interdisciplinares podem promover a mudança do ensino fragmentado no Curso de Ciências Contábeis, derrubando as barreiras entre as disciplinas.

Diante do que revelam os diferentes estudos e pesquisas, foi possível compreender a necessidade da interdisciplinaridade nos Cursos de Ciências Contábeis, que continuam a oferecer diversas disciplinas de diferentes áreas do conhecimento que não se relacionam entre si. Por conta disso, apesar de não possuir uma definição fechada, a interdisciplinaridade precisa ser compreendida para não haver desvio na sua prática.

Conclui-se, portanto, que a prática docente, ao adotar a interdisciplinaridade como uma perspectiva de organização do ensino das disciplinas no Curso de Ciências Contábeis, servirá de instrumento para as reais transformações emancipatórias. Torna-se uma possibilidade de enriquecer e ultrapassar a integração dos elementos do conhecimento que, construído de modo sistematizado, possibilita a formação de cidadãos não somente com competência técnica, mas também capazes de encarar e pensar os acontecimentos em sua totalidade e com um grau elevado de maturidade.

[1] O currículo pleno de um curso é composto pelo elenco de disciplinas obrigatórias e eletivas, bem como os prazos mínimo e máximo para a conclusão do curso, podendo ser integralizado sob a forma de diferentes habilitações ou ênfases. Há currículos plenos que não possuem elenco de disciplinas eletivas. As disciplinas que não constam no currículo pleno são consideradas extracurriculares (GOMES, 2007).

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Ismael. Interdisciplinaridade: uma tentativa de compreensão do fenômeno. In: FAZENDA, Ivani Catarina (Coord.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 23-25.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 10**, de 16 de dezembro de 2004. Brasília: CNE/CES, 2004.

_____. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9.394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.

CASALI, Alípio. **Empregabilidade e educação**: novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: Educ, 1997.

FÁVERO, Hamilton Luiz. **Contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1997.

FAZENDA, Ivani Catarina. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FERREIRA, Sandra Lúcia. Introduzindo a noção de interdisciplinaridade. In: FAZENDA, Ivani Catarina (Coord.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 33-35.

GOMES, Nilma Lino. .: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: . Acesso em: 28 fev. 2015.

HENDRIKSEN, Elson. S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A Evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LÜCK, Heloisa. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos Teórico-Metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARION, José Carlos C. **O ensino da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco da; RICARDINO, Álvaro. Escola Politécnica: possivelmente o Primeiro Curso Formal de Contabilidade do Estado de São Paulo. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 42, p. 113 - 122 Set./Dez. 2006.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PADOAN, Fátima Aparecida da Cruz. **A interdisciplinaridade no ensino da Contabilidade Gerencial em instituições públicas de ensino superior do estado do Paraná**. 107 f. Dissertações (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Mestrado em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PASSOS, Ivan Carlin. **A interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa contábil: um estudo no município de São Paulo**. 165f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2004.

PELEIAS, Ivan Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIOROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v.18. p. 19-32, Junho 2007.

PEREIRA, Ivone Vieira. **Interdisciplinaridade no Ensino: a percepção dos egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil**. 113 f. Dissertações (Mestrado em Contabilidade) Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Brasília, 2006.

RECH, Ilírio José; SANTOS, Leidimar Cândida dos; VIEIRA, Ivone Pereira. **Interdisciplinaridade: um estudo das grades curriculares dos Cursos de Graduação das Instituições de Ensino Superior que oferecem Cursos de graduação e mestrado em Contabilidade**. São Paulo, 2007. Disponível em: . Acesso em: 02 mar. 2015.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**. Como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

[1] O currículo pleno de um curso é composto pelo elenco de disciplinas obrigatórias e eletivas, bem como os prazos mínimo e máximo para a conclusão do curso, podendo ser integralizado sob a forma de diferentes habilitações ou ênfases. Há currículos plenos que não possuem elenco de disciplinas eletivas. As disciplinas que não constam no currículo pleno são consideradas extracurriculares (GOMES, 2007).